RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

(COM ADENDA RELATIVA AO PERÍODO DE 1 A 21 DE JANEIRO DE 2004)

E CONTAS REFERENTES AO ANO 2003

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA **2**

1. DAS ACTIVIDADES PLANEADAS PARA 2003 ..... **4**

1. 1. O exercício profissional – a sua regulação, a ética e a deontologia *4*

1. 2. A enfermagem e a saúde em Portugal *6*

1. 3. A Ordem dos Enfermeiros e a representação da enfermagem portuguesa *8*

1. 4. A divulgação e imagem pública da profissão *10*

1. 5. A organização, o funcionamento e os serviços aos membros *11*

2. ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS **13**

2. 1. Inscrições *13*

2. 2. Revalidação das cédulas profissionais *14*

2. 3. Atribuição de títulos *14*

2. 4. Emissão de pareceres *14*

Sobre a matéria interdisciplinar das especialidades em enfermagem 14

Sobre o exercício profissional e a deontologia 15

Sobre a política de saúde e de formação 15

2. 5. Julgamento de recursos *15*

2. 6. Procedimento disciplinar *15*

2. 7. Procedimento de reconhecimento de mérito *16*

2. 8. Representação e intervenção política *16*

Junto dos órgãos de soberania 16

Presidência da República 16

Assembleia da República 16

Governo 16

2. 9. Participação em comissões ou organismos previstos na Lei ou por solicitação *17*

2. 10. Participação em eventos realizados por enfermeiros e / ou por outras entidades *18*

2. 11. Gestão dos serviços e expediente *19*

2. 12. Reuniões dos órgãos sociais *19*

ADENDA AO RELATÓRIO DE 2003 ..... **21**

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS ENTRE 1 E 21 DE JANEIRO DE 2004 21

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA **22**

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA 22

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA 25

NOTA INTRODUTÓRIA

O ano de 2003 foi o último de um mandato de quatro anos dos primeiros órgãos sociais da Ordem dos Enfermeiros. De facto, realizaram-se, no final do ano, eleições que permitiram aos enfermeiros escolher aqueles que pretendiam ver nos diferentes órgãos da nossa Ordem.

As eleições são para a Ordem dos Enfermeiros, como para todas as instituições democráticas, um momento marcante e essencial para o seu crescimento e amadurecimento. É, simultaneamente, um período especialmente sensível, pois devem, nesta ocasião, apresentar-se as propostas de projectos e ideias para a Ordem. Espera-se, então, que aqueles que se propõem concretizá-los se responsabilizem pelas referidas propostas. A diversidade dos projectos e a coragem dos que por eles se responsabilizam são, pois, fundamentais para que a Ordem se torne mais forte.

Não competia aos órgãos sociais cessantes escolher aqueles que lhes deveriam suceder. Entre os que terminavam o seu mandato, alguns poderiam, naturalmente, entender ter ideias que gostariam de ver sufragadas pelos enfermeiros. Com a mesma naturalidade, outros poderiam avançar, sem qualquer ligação com os anteriores. O imperativo da isenção e da equidade que nos impusemos, bem como o cuidado tido na preparação destas eleições condicionaram, como estava previsto, o desenvolvimento da intervenção da Ordem e das opções tomadas. Como se poderá verificar, praticamente não se registaram iniciativas públicas (previamente programadas) nos dois meses que antecederam o acto eleitoral. Como o final de um mandato coincide com o início de outro, 2003 foi também um ano de organização do legado dos primeiros órgãos sociais. Apesar de não ter sido possível publicar, ainda em 2003, o livro que os órgãos cessantes deixariam como testemunho escrito do primeiro mandato, ficou tudo organizado para que esta publicação fosse lançada nos primeiros meses de 2004.

Todavia, o funcionamento da Ordem não parou com as eleições: os órgãos e os serviços da Ordem não cessaram a sua actividade. Antes pelo contrário, continuaram a dar resposta às muitas necessidades que exigiam a sua intervenção. As obrigações estatutárias não têm campanha eleitoral e os cidadãos, em geral, e os enfermeiros, em particular, pretendem respostas que a Ordem não pode ignorar.

Este é, pois, e não poderia deixar de o ser, um relatório de actividades de um ano especial, mas igualmente importante na curta existência da Ordem. Vemos nele claramente reflectida a continuação do trabalho que vinha sendo desenvolvido em anos anteriores.

A estrutura deste relatório tem a matriz do Plano de Actividades e do Orçamento, aprovados na Assembleia Geral de Março de 2003. O seu conteúdo dá conta do espírito realista assumido pela mesma Assembleia, na planificação das diferentes actividades a concretizar. Estas, bem como as iniciativas a elas associadas estão agrupadas em cinco grandes áreas transversais às várias opções estratégicas do plano de acção dos primeiros órgãos sociais da Ordem dos Enfermeiros.

1. DAS ACTIVIDADES PLANEADAS PARA 2003

1. 1. O exercício profissional – a sua regulação, a ética e a deontologia

"O exercício profissional da enfermagem é a área por excelência de intervenção da Ordem dos Enfermeiros na justa medida em que ele é o centro do mandato social da profissão. Ou seja, a razão da existência da Ordem assenta na responsabilidade e no reconhecimento que a sociedade confere aos enfermeiros para a auto-regulação e o controlo do exercício profissional, tendo em vista a satisfação das necessidades da população em cuidados de enfermagem de qualidade e subordinados à deontologia profissional."

Foram levadas a cabo, nesta área, as actividades / iniciativas que de seguida se enumeram.

- Através da análise de um conjunto alargado de questões – tais como a qualidade dos cuidados, a individualização das especialidades em enfermagem, a acreditação da formação e a certificação individual de competências –, percebeu-se a urgência que havia em definir as competências do enfermeiro de cuidados gerais. Realizou-se, para tal, um conjunto de *workshops* regionais que incluíram o debate sobre um documento entretanto elaborado para orientar as discussões. De seguida, reuniram-se consensos, através da técnica de Delphi (duas rondas), sobre as competências do enfermeiro de cuidados gerais. O método usado permitiu, pois, a definição do conjunto destas competências, que foi, posteriormente, publicado na Revista da Ordem.

- Foram elaboradas as propostas de estabelecimento dos instrumentos necessários à implementação de um sistema de certificação individual de competências, para efeitos de inscrição e de atribuição dos títulos profissionais. As estratégias de certificação individual de competências e de acreditação da formação são já muito utilizadas internacionalmente e, mesmo no plano nacional, por outras ordens profissionais. A implementação destes sistema implicou, no entanto, a criação dos instrumentos que os regulam e lhes conferem credibilidade. Para tal, foi, igualmente, criado um grupo de trabalho orientado para a elaboração de propostas de processos e instrumentos para a certificação individual de competências e para a acreditação da formação que realizou um importante trabalho, que será integralmente apresentado no livro *Do Caminho Percorrido e das Propostas - Análise do primeiro mandato 1999/2003.*

- A publicação da informação que explicita as recomendações relacionadas com o papel da Ordem na promoção da qualidade dos cuidados de enfermagem, na acreditação da formação e na certificação de competências para efeitos de atribuição dos títulos de enfermeiro e enfermeiro especialista terá lugar durante o primeiro trimestre de 2004 e será parte integrante do livro *Do Caminho Percorrido e das Propostas - análise do primeiro mandato 1999/2003.*

- Realizaram-se várias reuniões com enfermeiros de reabilitação, em diferentes secções regionais, no sentido aprofundar questões relativas à especialidade, de perceber o contexto e as características da prestação de cuidados nesta área, bem como de discutir problemas e preocupações e de estabelecer elos de ligação com as instituições de saúde.

- No contexto da reflexão e do aprofundamento da deontologia profissional e tendo em conta a experiência de anos anteriores, realizou-se o IV Seminário de Ética com o tema "Do direito ao cuidado", em Maio de 2003. Este seminário teve o objectivo de reflectir sobre os problemas éticos implicados no direito e no dever de cuidar, mais especificamente sobre o conteúdo do Artigo 82 do Código Deontológico do Enfermeiro. Este Seminário, realizado em Lisboa no auditório da FIL, contou com 555 inscrições, das quais 104 eram de estudantes de enfermagem.

- Foi possível concluir, durante o ano de 2003, o livro *Código Deontológico do Enfermeiro: anotações e comentários*, que foi lançado aquando do IV Seminário de Ética. Este livro foi ainda apresentado em cerimónias públicas que decorreram em todas as secções regionais.

- Foi iniciado um estudo, encomendado à Universidade Católica, a terminar em 2004, relativo às condições de trabalho dos enfermeiros. Este estudo, além de identificar a percepção dos enfermeiros sobre a influência destas condições na qualidade dos cuidados, tem também como finalidade a construção de um instrumento de avaliação das condições de trabalho dos enfermeiros que, no futuro permita dotar a Ordem dos meios necessários à intervenção nesta área;

- Foram desenvolvidos alguns instrumentos que permitirão controlar o exercício da profissão, rastreando situações de ilegalidade, através, nomeadamente, da intervenção nas instituições de saúde e na elaboração de orientações relativas à actividade dos enfermeiros na formação de outros prestadores de cuidados.

- Com o mesmo objectivo, tiveram lugar duas *workshops* com enfermeiros formadores de outros prestadores de cuidados.

- Realizaram-se, em Março e Outubro, *workshops* sobre exercício liberal, com enfermeiros que exercem a actividade profissional neste regime. Participaram nestas actividades cerca de 50 enfermeiros das várias regiões do país.
- Foi iniciado um estudo, a terminar em 2004, com vista à elaboração de instrumentos de regulação do exercício profissional em regime liberal, nomeadamente no que respeita ao custeio dos cuidados de enfermagem e ao seu enquadramento jurídico-fiscal.
- A divulgação trimestral às entidades empregadoras e ao público em geral dos membros que, por suspensão, cancelamento ou outras situações, deixam de reunir as condições para o exercício profissional não foi implementada.
- A proposta de alteração do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros foi entregue pessoalmente, em audiência com o Ministro da Saúde, a 22 de Maio. Apesar de todas as diligências posteriormente efectuadas no sentido de ter conhecimento do andamento da proposta de alteração, soubemos, no final do ano, que o documento ainda se encontrava nos serviços centrais do Ministério da Saúde.

1. 2. A enfermagem e a saúde em Portugal

"O processo em curso das alterações legislativas na área da saúde e a sua implementação colocam desafios aos enfermeiros e à profissão que, na sequência do que temos vindo a analisar, assume particular importância pelas implicações para o acesso aos cuidados de saúde por parte dos cidadãos. Da própria natureza dos cuidados de enfermagem decorre a respectiva importância nas acções de saúde e nas organizações que têm a responsabilidade de as promover em função das necessidades dos cidadãos."

Foram levadas a cabo, nesta área, as actividades / iniciativas que de seguida se enumeram.

- Foi dada especial atenção à implementação das alterações legislativas no campo da saúde, nomeadamente no que respeita à gestão e à organização das instituições que integram a rede de prestação de cuidados de saúde, com ênfase no desenvolvimento do suporte à participação dos enfermeiros nos diferentes níveis de gestão dos serviços de saúde.
- Realizou-se, em Junho, uma reunião em Coimbra com os enfermeiros-directores dos hospitais S. A., na qual foram apresentadas as potencialidades e os constrangimentos deste modelo de gestão.

Estiveram presentes, neste encontro, mais de 60 enfermeiros, incluindo enfermeiros-directores e adjuntos do enfermeiro-director.

- Foi organizada uma *workshop* nacional onde estiveram representadas as secções regionais, com o objectivo de definir os princípios a salvaguardar na regulamentação dos centros de saúde da Rede de Cuidados de Saúde Primários. Na sequência desta *workshop*, foi elaborado um documento, onde se descrevem os referidos princípios, que foi enviado ao Ministro da Saúde e às Administrações Regionais de Saúde. Prosseguiu-se com a organização de *workshops* regionais, com a participação dos enfermeiros-directores e enfermeiros-supervisores das regiões de saúde do norte e do centro, tendo em vista a definição de uma proposta de regulamento dos centros de saúde da Rede de Cuidados de Saúde Primários.

- Em Setembro, realizou-se em Coimbra uma reunião, onde estiveram presentes enfermeiros-docentes de escolas superiores de enfermagem, para reflectir sobre as perspectivas de desenvolvimento do ensino da enfermagem, no contexto das iniciativas legislativas em discussão na Assembleia da República (Lei de Bases da Educação, Lei de Autonomia do Ensino Superior e Lei de Financiamento do Ensino Superior).

- As necessidades da população em cuidados de saúde que envolvem cuidados de enfermagem mereceram a atenção dos vários órgãos da Ordem dos Enfermeiros. Contudo, não foi possível traduzir num documento o trabalho produzido. Fica o desafio para os próximos órgãos sociais.

- Não foi publicado o livro de actas do *Fórum sobre Políticas de Saúde*, pela impossibilidade de reunir todas as intervenções que então tiveram lugar. Foi ainda colocada a possibilidade de solicitar a alguns autores as suas intervenções, mas entendeu-se que, depois das grandes mudanças registadas no contexto da saúde, não faria sentido fazer um pedido reportado a dois anos antes. Mesmo assim, foi organizado um *dossier* com as intervenções que foi possível recuperar.

- As intervenções que se entenderam necessárias para a salvaguarda da autonomia dos cuidados de enfermagem e da defesa intransigente da pluridisciplinaridade como o principal instrumento da promoção das acções de saúde realizaram-se junto do poder político. A Ordem dos Enfermeiros foi, então, recebida em audiência, entre outros, pelo Presidente da República; pelo Ministro da Saúde; pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior.

- A Ordem manteve a prática de reunir com as organizações profissionais de enfermeiros, sempre que a situação política ou profissional o justificou. Foram várias as reuniões que se realizaram em 2003, sobretudo no âmbito do processo de filiação da Ordem no ICN, mas também para definir a posição

conjunta das organizações profissionais de enfermeiros sobre a qualificação e certificação dos auxiliares de acção médica.

- Manteve-se, também, o diálogo com outros profissionais, através, nomeadamente, do contacto, em diferentes ocasiões, com as suas organizações profissionais. Destacam-se, entre os contactos efectuados, uma reunião com a Ordem dos Médicos e a presença no Congresso da Ordem dos Médicos Dentistas.
- Foi dada continuidade à participação no Projecto Leonardo da Vinci: "Desenvolver as competências e a mobilidade das chefias de enfermagem para melhorar a qualidade dos cuidados aos doentes no hospital". Realizou-se, no âmbito deste projecto, um colóquio no dia 4 de Abril, em Lisboa, onde estiveram presentes 135 pessoas (11 das quais não eram enfermeiros). Em Setembro, realizou-se em Barcelona um seminário relacionado com o mesmo projecto, no qual esteve presente uma delegação da Ordem dos Enfermeiros.
- Foram divulgados alguns dos pareceres mais relevantes emitidos pela Ordem, através, nomeadamente, da Revista e do *Site* da Ordem dos Enfermeiros. Estes pareceres incidiram sobre diferentes matérias relacionadas com as actividades do Conselho Directivo, Conselho Jurisdicional e Conselho de Enfermagem.
- A iniciativa a realizar no Dia Mundial da Saúde não foi concretizada por falta de disponibilidade de tempo para a sua organização.

1. 3. **A Ordem dos Enfermeiros e a representação da enfermagem portuguesa**

"Considerando que a Ordem dos Enfermeiros representa, no âmbito das suas atribuições, todos os enfermeiros portugueses, faz sentido que tenha assento por direito em todos os espaços nacionais e internacionais onde, directa e indirectamente, se debatem e aprofundam temáticas que também aos enfermeiros e à enfermagem dizem respeito."

Foram levadas a bom porto, nesta área e a nível internacional, as actividades / iniciativas que de seguida se enumeram.

- Em conjunto com várias organizações profissionais de enfermeiros, foi possível conceber um modelo de participação activa de todas as organizações profissionais, tendo sido, assim, criado um fórum nacional para aquelas, e adoptado o modelo de colaboração, no caso da filiação no ICN. Este foi um entendimento satisfatório para todos, que permitiu, sobretudo, à enfermagem portuguesa sair a ganhar.

De facto, a fórmula adoptada foi pioneira entre os países do ICN e, segundo importantes figuras do ICN, um modelo a seguir por outros países.

- Em Agosto de 2003, foi ultimado o processo de filiação no ICN. O ICN encontra-se, presentemente, a auscultar os seus membros, pedindo-lhes que se pronunciem sobre a mudança de modelo de representação dos enfermeiros portugueses que, tudo leva a crer, será pacificamente aceite.
- Devido aos receios de atentados terroristas, a conferência organizada pelo ICN a ser realizada em Marráquexe teve lugar em Genebra. Realizou-se em Junho de 2003 e a Ordem esteve presente, com uma delegação onde se incluíam representantes dos órgãos nacionais e das secções regionais.
- Foram divulgadas as orientações do ICN relativas ao Dia Internacional do Enfermeiro, através da publicação de um documento enviado a todos os membros sobre a luta dos enfermeiros contra o estigma do SIDA.
- Mantiveram-se, sobretudo por ocasião da Conferência do ICN, as relações com organizações congéneres, nomeadamente dos países da União Europeia, em especial com a Organización Colegial de Enfermería de Espanha.
- No que respeita às organizações de enfermeiros dos PALOP, conservaram-se as boas relações com o COFEN (Brasil) e foram estabelecidos contactos com associações de enfermeiros de Angola e Moçambique, nomeadamente por ocasião da conferência de Genebra.

Foram ainda desenvolvidas, a nível nacional, as actividades / iniciativas que de seguida se enumeram.

- Manteve-se a participação da Ordem na Comissão das Ordens e Associações Profissionais do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES).
- Apesar dos esforços realizados, não foi ainda possível em 2003 a participação da Ordem como membro do Conselho Nacional das Profissões Liberais, bem como foi impossível indicar personalidades para o Conselho Nacional de Ética e Ciências da Vida.
- Acedemos, sempre que solicitados, à realização de encontros bilaterais com ordens, associações e partidos políticos. Deste modo, foram recebidas na Ordem, entre outras, a Associação de Acupunctura, a Associação de Enfermeiros de Sala de Operações Portugueses, a Associação Nacional de Enfermeiros do Trabalho, o Fórum Médico, a Sociedade Portuguesa de Cardiologia e um grupo de deputados do PCP e do partido "Os Verdes".

De facto, a fórmula adoptada foi pioneira entre os países do ICN e, segundo importantes figuras do ICN, um modelo a seguir por outros países.

- Em Agosto de 2003, foi ultimado o processo de filiação no ICN. O ICN encontra-se, presentemente, a auscultar os seus membros, pedindo-lhes que se pronunciem sobre a mudança de modelo de representação dos enfermeiros portugueses que, tudo leva a crer, será pacificamente aceite.
- Devido aos receios de atentados terroristas, a conferência organizada pelo ICN a ser realizada em Marráquexe teve lugar em Genebra. Realizou-se em Junho de 2003 e a Ordem esteve presente, com uma delegação onde se incluíam representantes dos órgãos nacionais e das secções regionais.
- Foram divulgadas as orientações do ICN relativas ao Dia Internacional do Enfermeiro, através da publicação de um documento enviado a todos os membros sobre a luta dos enfermeiros contra o estigma do SIDA.
- Mantiveram-se, sobretudo por ocasião da Conferência do ICN, as relações com organizações congéneres, nomeadamente dos países da União Europeia, em especial com a Organización Colegial de Enfermería de Espanha.
- No que respeita às organizações de enfermeiros dos PALOP, conservaram-se as boas relações com o COFEN (Brasil) e foram estabelecidos contactos com associações de enfermeiros de Angola e Moçambique, nomeadamente por ocasião da conferência de Genebra.

Foram ainda desenvolvidas, a nível nacional, as actividades / iniciativas que de seguida se enumeram.

- Manteve-se a participação da Ordem na Comissão das Ordens e Associações Profissionais do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES).
- Apesar dos esforços realizados, não foi ainda possível em 2003 a participação da Ordem como membro do Conselho Nacional das Profissões Liberais, bem como foi impossível indicar personalidades para o Conselho Nacional de Ética e Ciências da Vida.
- Acedemos, sempre que solicitados, à realização de encontros bilaterais com ordens, associações e partidos políticos. Deste modo, foram recebidas na Ordem, entre outras, a Associação de Acupunctura, a Associação de Enfermeiros de Sala de Operações Portugueses, a Associação Nacional de Enfermeiros do Trabalho, o Fórum Médico, a Sociedade Portuguesa de Cardiologia e um grupo de deputados do PCP e do partido "Os Verdes".

1. 4. A divulgação e imagem pública da profissão

"Esta área de intervenção, sendo transversal, assume particular importância no actual quadro de relações das profissões de saúde nas instituições e na percepção dos cidadãos em geral sobre a profissão de enfermeiro. A Ordem dos Enfermeiros tem uma responsabilidade acrescida na promoção da imagem da profissão que permita uma maior identificação dos próprios enfermeiros com a essência da profissão e seja, simultânea e progressivamente, assimilado pela opinião pública o contributo dos cuidados de enfermagem para a melhoria do seu estado de saúde."

Foram levadas a cabo, nesta área, as actividades / iniciativas que de seguida se enumeram.

- Foram publicados quatro números da Revista, o último dos quais foi inteiramente dedicado às eleições dos órgãos sociais da Ordem dos Enfermeiros.
- Além de ter sido utilizado o *site* para a divulgação das posições da Ordem dos Enfermeiros e de outras notícias relevantes, recorreu-se ainda ao envio de folhas informativas aos membros, quando os assuntos assim o exigiam.
- Foi desenvolvida uma estratégia de informação da opinião pública, tendo como referência as diferentes dimensões da prática dos cuidados de enfermagem, com vista a uma maior visibilidade da acção que hoje desenvolvem os enfermeiros nos diferentes contextos de trabalho. Assim, foi levada a cabo, junto dos utentes das instituições de saúde, uma campanha de divulgação, em diferentes ocasiões, de cartazes evocativos de determinadas efemérides: Dia Internacional do Enfermeiro; Dia Internacional da Criança; Ano Europeu da Pessoa com Deficiência; Dia Mundial da Sida; e, Ano Internacional da Água Doce. Para este efeito, foi celebrado um contrato com uma empresa de comunicação que concebeu, sob a orientação da Ordem dos Enfermeiros, a campanha de imagem.
- Da discussão das ideias sobre a promoção da imagem social dos enfermeiros resultou um concurso criativo, intitulado "O dia-a-dia do enfermeiro". Dirigido exclusivamente a membros da Ordem, visava múltiplos objectivos, entre os quais: constituir-se como uma iniciativa cultural de prestígio da Ordem dos Enfermeiros; estimular a participação criativa dos enfermeiros a nível nacional; promover a recolha de imagens e obras susceptíveis de utilização pela Ordem em publicações ou edições; e, finalmente, constituir um "núcleo de exposição" para suporte de iniciativas culturais.
- Tendo em conta que se tratava de um primeiro concurso, a adesão foi muito interessante: participaram muitos enfermeiros com mais de centena e meia de obras, desde pinturas a esculturas, passando por fotografias e cartazes. A mostra das obras e a entrega dos prémios ocorreu numa cerimónia que antecedeu a tomada de posse dos novos órgãos sociais. As melhores obras vão continuar disponíveis durante um ano para que possam ser expostas em diferentes locais, com a colaboração das secções regionais.

- Foi editado o livro do *I Congresso da Ordem dos Enfermeiros* que dá conta, de forma exaustiva, de tudo, o que se passou – e foi muito e importante – durante este evento, realizado no final de 2002.
- Algumas estatísticas relativas aos enfermeiros portugueses serão divulgadas com a publicação do livro *Do Caminho Percorrido e das Propostas – Análise do Primeiro Mandato 1999/2003* e do *Relatório do Mandato dos Primeiros Órgãos Sociais.*

1. 5. A organização, o funcionamento e os serviços aos membros

"A Ordem tem vindo a apostar na criação e no desenvolvimento de estruturas de suporte à actividade global, que se desenvolve tanto no que respeita aos recursos humanos, como no que respeita às infra-estruturas de tecnologia de informação e instalações. Tal opção tem a finalidade de, por um lado, melhorar o funcionamento global e de, por outro, poder disponibilizar aos membros serviços que, no quadro das atribuições da Ordem, sejam sentidos como úteis para as suas necessidades."

Foram realizadas, nesta área, as actividades / iniciativas que de seguida se enumeram.

- Foi realizado um estudo com vista à implementação de medidas que aumentem a rendibilidade dos recursos humanos de que a Ordem dispõe. Para este efeito, foi celebrado um contrato com uma empresa de assessoria de gestão de empresas. Este estudo teve três etapas, que antecedem a tomada de decisão sobre as medidas a tomar. Dada a proximidade do fim do mandato, entendeu-se, depois da apresentação do relatório relativo à terceira fase, que a tomada de decisão competiria, agora, aos novos órgãos sociais.
- Reestruturou-se o sistema de informação da Ordem. A proximidade do acto eleitoral levou, porém, a que não se introduzissem alterações capazes de criar alguma instabilidade num sistema tão sensível como este. Está pronta a nova base de dados e está a ser ultimado o desenvolvimento de algumas novas funcionalidades, para que entre em funcionamento pleno. Para assegurar este processo, manteve-se o contrato de consultoria que abrange os sistemas de informação.
- No sentido de viabilizar a actualização da base de dados, nomeadamente dos dados pessoais, procedeu-se à recolha de informação junto dos enfermeiros. No processo de introdução dos dados, deu-se prioridade à informação referente ao nome e local de trabalho, no sentido de viabilizar a construção dos cadernos eleitorais com a máxima precisão e rigor. A introdução da restante informação acontecerá quando os novos órgãos assim o decidirem.

- Foi concebida uma funcionalidade para a base de dados que possibilitará o registo, bem como a consulta de trabalhos de investigação produzidos por enfermeiros, no âmbito de mestrados e doutoramentos, e outros que tenham sido submetidos a apreciação em concurso de provas públicas. Só entrará, contudo, em pleno funcionamento após todos os membros terem sido inquiridos acerca da respectiva disponibilidade para divulgarem os seus trabalhos de investigação, o que não foi possível concretizar durante o ano de 2003.

- Com o objectivo de alargar o leque das instituições em que é viável o desconto directo das quotas no vencimento, foi pedida a sua colaboração no sentido de disponibilizarem os meios que facilitem a implementação deste sistema. No final do ano, eram já 23 as instituições a disponibilizar o sistema.

- Foi dada continuidade ao trabalho de organização do Centro de Documentação. Com este propósito, foi celebrado um contrato de prestação de serviços com uma documentalista para a inventariação, a caracterização e o tratamento documental do espólio da Ordem dos Enfermeiros.

- Procedeu-se à operacionalização do fundo de solidariedade. Em Janeiro de 2003, entrou em vigor a apólice, integrando todos os membros cuja situação quanto a quotas estivesse regularizada. Os novos membros são integrados aquando da respectiva admissão na Ordem e passam a beneficiar, automaticamente, deste seguro.

- Procedeu-se à aquisição de um edifício, em Ponta Delgada, para a instalação da Sede da Secção Regional dos Açores.

- Tiveram inicio as obras para a construção da nova Sede da Secção Regional da Madeira, no Funchal.

- Foi estabelecido o modelo de gestão global do património imobiliário da Ordem dos Enfermeiros.

- No que respeita ao processo eleitoral para os órgãos sociais da Ordem dos Enfermeiros, este decorreu conforme o estabelecido estatutariamente, tendo-se apresentado a sufrágio uma lista que concorreu a todos os órgãos nacionais e a todas as secções regionais. No caso das secções regionais do Norte e da Madeira, concorreram duas listas que se candidataram a todos os órgãos regionais. Foram disponibilizados meios da Ordem, nomeadamente um número da Revista, espaços no *site* e ainda informação escrita enviada a todos os membros, para a divulgação das listas e dos respectivos programas de acção.

2. ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ORGÃOS

2. 1. Inscrições

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2003, foram recebidos 2742 pedidos de inscrição e admitidos 2878 novos membros (alguns dos quais transitaram do ano anterior). Regista-se um aumento significativo em relação ao ano anterior (respectivamente, 1998 e 2164). Importa lembrar que o número de novos enfermeiros admitidos em 2002 foi reduzido, em virtude do hiato na formação de novos enfermeiros decorrente dos novos *curricula* dos cursos de licenciatura em Enfermagem.

Durante o ano de 2003, foram recusados 26 dos pedidos de inscrição na Ordem, com base na falta de habilitações legais para o exercício da profissão. Foram, ainda, arquivados 54 processos por falta de documentos necessários à sua instrução.

Em relação ao total dos pedidos de cancelamento e suspensão e aos casos de falecimentos, registou-se um aumento superior a 12% relativamente ao ano anterior. Estes valores poderão ser explicados, pelo menos em parte, pela continuação das iniciativas da Ordem junto dos membros com quotas em atraso. Tal determinou a regularização de várias casos que, do ponto de vista administrativo, não estavam conformes à situação real dos enfermeiros.

Registe-se ainda que, apesar das circunstâncias anteriormente referidas, a Ordem dos Enfermeiros continua a crescer, atingindo os 43 978 enfermeiros activos, em 31 de Dezembro de 2003.

Secção regional	Pedidos de inscrição	Admissões	Cancelamentos, suspensões			Total de membros activos em 31-12-03
			Cancel. a)	Susp.	Total	
Açores	59	59	3	12	15	1209
Centro	539	545	61	60	121	9770
Madeira	75	74	4	15	19	1530
Norte	806	830	65	101	166	12995
Sul	1263	1370	145	339	484	18474
Total	*2742*	*2878*	*278*	*527*	*805*	*43978*

a) Inclui pedidos de cancelamento e falecimentos.

2. 2. Revalidação das cédulas profissionais

Conforme o Regulamento aprovado em Assembleia Geral determina, procedeu-se, no final do ano, à revalidação automática das cédulas profissionais dos membros com as quotas regularizadas. Em 2003, este processo decorreu com toda a normalidade, sendo possível constatar a elevada percentagem de enfermeiros com as quotas em dia, o que deixa transparecer o envolvimento da generalidade dos enfermeiros com a sua Ordem.

2. 3. Atribuição de títulos

Além dos títulos de enfermeiro, foram também atribuídos, pelo Conselho de Enfermagem, 63 títulos profissionais de enfermeiro especialista, nas seguintes áreas de especialidade:

Enfermagem Médico-Cirúrgica	**6**
Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria	**9**
Enfermagem de Reabilitação	**13**
Enfermagem Comunitária	**5**
Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria	**5**
Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia	**25**
TOTAL	***63***

2. 4. Emissão de pareceres

Sobre a matéria interdisciplinar das especialidades em enfermagem

Foram emitidos pelo Conselho Enfermagem, no decurso do ano de 2003, 93 pareceres, sobre questões relacionadas com a competência e a autonomia profissional dos enfermeiros. Estes são pareceres de proveniência diversa: de órgãos e organismos do governo, de instituições de saúde, de tribunais e de outras associações profissionais.

Sobre o exercício profissional e a deontologia

Dos 30 pareceres emitidos pelo Conselho Jurisdicional no ano de 2003, três referiam-se a incompatibilidades, outros três versavam sobre regulamentos / legislação a publicar, cinco diziam respeito a procedimentos a adoptar por órgãos da Ordem dos Enfermeiros e os restantes dezanove sobre questões ético-deontológicas colocadas pelos membros.

Sobre a política de saúde e de formação

Pelo Conselho Directivo foram emitidos 15 pareceres sobre diferentes matérias essencialmente sobre projectos de diplomas legais, como por exemplo: Entidade Reguladora da Saúde; Plano Nacional da Saúde; Rede de Cuidados Continuados de Saúde; Um Ensino Superior de Qualidade – Avaliação/Revisão e Consolidação da Legislação do Ensino Superior;

2. 5. Julgamento de recursos

Foram apreciados dois recursos interpostos para o Conselho Jurisdicional, às decisões dos órgãos sociais da Ordem dos Enfermeiros, aos quais não foi dado provimento.

2. 6. Procedimento disciplinar

Deram entrada, no ano de 2003, 62 processos disciplinares. Destes, 12 reportaram-se à falsificação de documentos para a inscrição na Ordem e, sete à actividade profissional. Os restantes 43 aludiam à violação da alínea m) do Artigo 76 do Estatuto (pagamento de quotas). Transitam para o próximo mandato 54 processos: um relativo ao exercício profissional, do ano 2000, que se encontrava suspenso ao abrigo do Artigo 53 do Estatuto (suspensão do processo) e que foi reaberto em Dezembro de 2003, e os restantes relativos à violação da alínea m) do Artigo 76 do Estatuto (pagamento de quotas).

2. 7. Procedimento de reconhecimento de mérito

Foram abertos três processos de mérito, tendo dois sido concluídos com louvor e distinção. O restante processo encontra-se ainda em instrução.

2. 8. Representação e intervenção política

Ao longo do ano 2003, esta acção da Ordem desenvolveu-se em várias vertentes que poderão ser sistematizadas, nos seus aspectos formais, como a seguir se explana.

Junto dos órgãos de soberania

Presidência da República

A Ordem dos Enfermeiros foi recebida em audiência pelo Presidente da República, por duas vezes. A primeira a pedido da Ordem para apreciação do projecto de decreto-lei sobre a Rede de Cuidados Primários, e a segunda solicitada pelo Presidente da República para análise e discussão da visão actual do sistema de saúde.

Assembleia da República

Em resposta a um pedido efectuado, em 2002, pela Ordem dos Enfermeiros, em que se solicitou a todos os grupos parlamentares uma audiência sobre a Lei de Bases da Saúde e do Regime Jurídico da Gestão Hospitalar, foi recebida, em Janeiro de 2003, pelo grupo parlamentar do PS.

Governo

- **Ministério da Saúde**

A Ordem foi recebida, por duas vezes, pelo Ministro da Saúde. Entre outros assuntos, foram apreciadas questões relacionadas com os auxiliares de acção médica e com o número de enfermeiros generalistas e especialistas e respectiva distribuição, e foi entregue a proposta de alteração do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros.

- **Ministério da Ciência e do Ensino Superior**

A Ordem foi recebida, por duas vezes, pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior, para análise de diferentes assuntos, entre os quais se destacam: as medidas legislativas a adoptar na revisão da legislação do ensino superior; a criação de doutoramentos em Enfermagem nas universidades; e fusão / integração das escolas superiores de Enfermagem.

  - **Direcção-Geral do Ensino Superior**

De acordo com os pedidos da Direcção-Geral do Ensino Superior, foram emitidos 15 pareceres (todos favoráveis) sobre os planos de estudos dos cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem. Destes planos de estudos, cinco na área da enfermagem da saúde materna e obstetrícia, três na área da

enfermagem de reabilitação, três na área da enfermagem comunitária, dois na área de enfermagem de saúde infantil e pediatria, um na área de enfermagem médico – cirúrgica e um na área de enfermagem de saúde mental e psiquiatria. A utilização de uma matriz de análise (construída pelo Conselho de Enfermagem, no seio das comissões de especialidade) e a prévia divulgação da mesma através do *site* da Ordem têm, entre outras vantagens, permitido assegurar a transparência necessária ao processo e intervir a montante da criação dos cursos. Evita-se, assim, a tomada de decisões a jusante da criação dos cursos – com a inexistência da atribuição do título profissional de enfermeiro especialista aos colegas que venham a obter aproveitamento nos mesmos –, prevenindo-se situações desagradáveis e que em nada contribuem para o desenvolvimento da profissão.

2. 9. Participação em comissões ou organismos previstos na Lei ou por solicitação

No final do ano de 2003, haviam sido nomeados representantes da Ordem dos Enfermeiros para as comissões e os conselhos seguintes:

- Conselho Consultivo da Universidade de Aveiro,
- Conselho Nacional da Qualidade na Saúde,
- Conselho Nacional de Saúde Mental,
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região Norte,
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região Centro,
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região de Lisboa e Vale do Tejo,
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região do Alentejo,
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região do Algarve,
- Comissão Ministerial de Acompanhamento ao Doente Ostomizado,
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil,
- Comissão de Acompanhamento de Intervenção Operacional para a Saúde,
- Conselho do Projecto de Reorganização da Farmácia Hospitalar,
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de Santarém,
- Comissão de Verificação Técnica junto da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo para a área da prestação de cuidados de saúde de diálise,
- Comissão de Verificação Técnica junto da Administração Regional de Saúde do Centro para a área da prestação de cuidados de saúde de diálise,

- Comissão de Verificação Técnica junto da Administração Regional de Saúde do Norte para a área da prestação de cuidados de saúde de diálise,
- Conselho Consultivo do Instituto da Qualidade em Saúde,
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian,
- C.V.T para a área das unidades de saúde privadas na área de diálise C.V.T Centro,
- C.V.T para a área das unidades de saúde privadas na área de diálise C.V.T Algarve,
- C.V.T para a área das unidades de saúde privadas na área de diálise C.V.T Alentejo,
- Unidades Privadas de Diálise – Comissão Técnica Nacional,
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada,
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de São João,
- Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior,
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Bissaya Barreto,
- Grupo de Trabalho para elaboração de "Manual de Cuidados de Enfermagem no AVC",
- Comissão de Coordenação do Programa de Controlo de Diabetes,
- Grupo de Trabalho sobre Alimentação Entérica e Parentérica.

Antes do final do mandato, todos os representantes da Ordem e todas as instituições foram contactadas, tendo sido informadas da eleição de novos órgãos sociais que se aproximava.

2. 10. Participação em eventos realizados por enfermeiros e / ou por outras entidades

A Ordem dos Enfermeiros continua a ser convidada para várias iniciativas promovidas por diferentes instituições ou entidades, realizadas em diversas localidades do continente e das regiões autónomas. Em resposta a estas solicitações, a Bastonária esteve presente, ou fez-se representar, em 108 eventos, participando com várias apresentações temáticas ou intervindo em sessões de abertura e / ou encerramento.

2. 11. Gestão dos serviços e expediente

Tal como em anos anteriores, o envio de correspondência para os membros da Ordem continua a corresponder a uma fatia muito significativa do volume de trabalho acometido ao sector administrativo. Fazem parte desta correspondência, entre outros documentos, as facturas relativas ao pagamento de quotas

(416 171), as apólices do seguro de responsabilidade civil profissional (41 776), as vinhetas de revalidação das cédulas profissionais (31 818).

Por outro lado, manteve-se a preocupação em minimizar custos, assegurando, por exemplo, o envio da informação pertinente a disponibilizar a todos os membros, juntamente com a facturação.

Apesar do atendimento regular dos membros nas sedes das secções regionais, foram muitos os que se dirigiram, quer pessoal quer telefonicamente, à Sede Nacional. Em todos os casos, houve a preocupação de dar uma resposta às solicitações, procedendo-se, posteriormente e em alguns casos, ao encaminhamento das situações para as respectivas secções regionais.

Globalmente, deram entrada na Sede Nacional 9 361 documentos diversos, o que significa um aumento de 27%, relativamente ao ano anterior (7 374, em 2002). Em relação aos documentos expedidos registou-se, igualmente, um aumento de quase 86%, em comparação com o ano anterior (de 4526 para 8 403).

2. 12. Reuniões dos órgãos sociais

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente, reunindo de acordo com o estipulado no Estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

Ao longo do ano, o Conselho Directivo reuniu ordinariamente por 22 vezes e realizou ainda mais quatro reuniões extraordinárias. Em algumas destas reuniões foram convidados a participar os presidentes dos conselhos de enfermagem, jurisdicional e fiscal. Sempre que se revelou necessário foram, ainda, convidados alguns peritos e personalidades. O Conselho Directivo promoveu, no mês de Fevereiro, um encontro nacional dos órgãos sociais, nas Caldas da Raínha, com a finalidade de recolher todos os contributos necessários à definição do trabalho a desenvolver durante o ano 2003. Participaram, neste encontro, mais de uma centena de membros dos órgãos sociais, efectivos e suplentes.

O Conselho Jurisdicional reuniu em plenário por treze vezes. As Secções do Conselho Jurisdicional planearam reunir mensalmente e alternadamente ao plenário, sem prejuízo de dar resposta às necessidades impostas pelos prazos dos processos disciplinares e outros assuntos que lhe estão atribuídos. Assim, neste período, verificaram-se 16 reuniões da 1.ª Secção e nove reuniões da 2.ª Secção.

O Conselho de Enfermagem reuniu 14 vezes (uma das quais extraordinariamente) com o objectivo de coordenar e programar a actividade a desenvolver, de acordo com as prioridades definidas.

O Conselho Enfermagem coordenou a actividade das comissões de especialidade, de cuidados gerais e de formação que reuniram regularmente, cada uma delas entre nove e doze vezes.

O Conselho Fiscal reuniu cinco vezes para proceder à análise das actas do Conselho Directivo e das contas da Ordem.

A Mesa da Assembleia Geral dirigiu os trabalhos da Assembleia Geral realizada em Março de 2003, na cidade de Lisboa, tendo reunido antecipadamente para efeitos da respectiva preparação. A Mesa da Assembleia Geral preparou ainda, em conjunto com as mesas das assembleias regionais, o processo eleitoral para a eleição dos órgãos sociais da Ordem dos Enfermeiros (através da convocação das assembleias eleitorais, da organização dos cadernos eleitorais, da constituição das comissões de fiscalização, da designação da comissão eleitoral).

ADENDA AO RELATÓRIO DE 2003

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS ENTRE 1 E 21 DE JANEIRO DE 2004

Actividades desenvolvidas

- A Mesa da Assembleia Geral efectuou o apuramento final dos resultados das votações para os órgãos nacionais e proclamou a lista vencedora, em 5 de Janeiro de 2004. Os resultados finais foram posteriormente divulgados a todos os membros através de uma nota informativa.

- Foi realizada uma sessão pública de divulgação, presidida pela Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, do reconhecimento de mérito atribuído pelo Conselho Jurisdicional à Enfermeira Maria de Lourdes Sales Luís. Esta cerimónia teve lugar no Auditório do Centro de Medicina Reabilitação, em Alcoitão.

- A anteceder a tomada de posse dos órgãos sociais, teve lugar, num espaço contíguo ao local onde a mesma iria decorrer, a mostra das obras de arte concorrentes ao concurso criativo "O dia-a-dia dos enfermeiros" e a entrega dos prémios relativos às obras seleccionadas pelo júri. Esta mostra contou com um elevado número de visitantes que puderam testemunhar da qualidade artística das obras apresentadas.

- Organizou-se a cerimónia solene de tomada de posse dos órgãos sociais eleitos que decorreu no anfiteatro da Escola Superior de Enfermagem Artur Ravara / Escola Superior de Tecnologias de Saúde de Lisboa. A mesa que presidiu ao acto foi constituída pelo Ministro da Saúde, pelo Presidente da Comissão Parlamentar do Trabalho e Assuntos Sociais, pelo representante da Ministra da Ciência e do Ensino Superior, pela Bastonária cessante e pela nova Bastonária, pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante e pela nova Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Estiveram presentes, para além de membros dos anteriores órgãos sociais, muitos enfermeiros e convidados.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O ano 2003 pautou-se pela consolidação de um processo de integração da contabilidade na dinâmica interna da organização iniciado em 2001.

É, assim, possível afirmar, ao encerrar as contas relativas ao Exercício de 2003, que estas espelham de forma transparente e credível a nossa situação financeira e os resultados da nossa actividade, pelo que é nosso propósito continuar a assegurar aos Membros a continuidade e consistência dos correspondentes Relatórios de Gestão e Contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade das mesmas.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

O Resultado Líquido do Exercício de 2003 cifrou-se em € 104 829.59, num ano em que se procurou dar cumprimento ao plano estabelecido em termos de Orçamento.

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na Sede Nacional sendo posteriormente feita a sua distribuição, na mesma percentagem aplicada aos recebimentos, pela Sede Nacional e Secções Regionais mantendo a uniformização de critérios.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos, pode ser analisada a seguir:

€

Proveitos Associativos (Quotizações)	Valor da Facturação	Percentagens das Secções Regionais	Valor Liquido para a Sede Nacional
Secção Regional Açores	105 453.04	146 276.71	-40 823.67
Secção Regional Centro	848 733.16	254 619.95	594 113.21
Secção Regional Madeira	134 191.20	116 684.58	17 506.62
Secção Regional Norte	1 122 321.64	336 696.50	785 625.14
Secção Regional Sul	1 610 660.92	483 198.29	1 127 462.63
TOTAL	**3 821 359.96**	**1 337 476.03**	**2 483 883.93**

€

Proveitos	Total Realizado Bruto - 2003	Valor Realizado Líquido (*) - 2003	Valor Orçamentado Líquido -2003
Proveitos Associativos			
Quotizações	3 821 359.96	(*) 2 483 883.93	2 445 274.99
Emolumentos	34 682.31	34 682.31	25 000.00
Proveitos suplementares	15 527.40	15 527.40	12 000.00
Proveitos financeiros	52 944.53	52 944.53	50 000.00
Proveitos extraordinários	3 094.68	3 094.68	5 000.00
TOTAL	**3 927 608.88**	**2 590 132.85**	**2 537 274.99**

(*) Após distribuição da Percentagem de Quotização por Secções Regionais, no montante de € 1 337 476.03.

O Total Realizado Bruto diz respeito ao total de **Proveitos Associativos** correspondente à facturação mensal emitida. Após distribuição da percentagem de proveitos por cada Secção Regional processa-se a correspondente contrapartida na conta de custos "Outros Custos e Perdas Operacionais" pelo mesmo montante, resultando o Valor Líquido Realizado – Proveitos Associativos, correspondentes à percentagem da facturação alocada à Sede Nacional.

Os **Proveitos Suplementares** são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações.

Os **Proveitos Financeiros** são na esmagadora maioria provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo.

Os **Proveitos Extraordinários** referem-se a pequenas correcções efectuadas a exercícios anteriores.

Os custos do exercício totalizaram € 3 822 779.29, conforme o quadro seguinte:

€

Custos	Orçamentado	Realizado	Variação
Fornecimentos e serviços externos	1 809 713.53	1 728 386.99	-4.50%
Impostos	6 500.00	9 055.14	38.30%
Custos com o pessoal	242 205.84	253 572.94	4.70%
Percentagem Quotização emitida (Secções Regionais)	1 316 702.19	1 337 476.03	1.58%
Outros custos e perdas operacionais	6 000.00	37.00	-99.38%
Comparticipação Sede SR Açores	249 400.00	249 400.00	0.00%
Comparticipação Obras SR Açores	34 915.86	43 645.79	25.01%
Comparticipação Obras SR Madeira	261 868.90	0.00	
Amortizações	137 840.00	102 977.65	-25.29%
Custos e perdas financeiras	80 000.00	79 948.98	-0.06%
Custos e perdas extraordinárias	5 000.00	18 278.77	265.58%
TOTAL	4 150 146.32	3 822 779.29	-7.88%

Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos, por reflectir na mesma todas as actividades do Plano.

As principais contribuições dos FSE foram:

€

Fornecimentos e Serviços Externos	2003
Comunicação	399 692.20
Seguros	265 158.12
Deslocações e Estadias	187 621.29
Honorários	125 195.30
Vigilância e Segurança	92 032.91
Trabalhos Especializados	530 308.89

A execução apresentada merece os seguintes comentários:

Comunicação

O montante afecto representa 88% com os correios para informação aos membros.

Deslocações e estadias

Rubrica onde ocorrem as despesas com as actividades dos Órgãos Sociais Nacionais, Grupos de Trabalho, Comissões e outras actividades para cumprimento do Plano de Actividades Nacional.

Trabalhos especializados

Nesta rubrica assume especial importância os trabalhos de tipografia, de envelopagem e de trabalhos gráficos com a revista, todo o apoio especializado e manutenção logística e os trabalhos especializados relativos às cédulas profissionais. Nesta rubrica está incluído o Projecto de Investigação "Condições de Trabalho dos Enfermeiros Portugueses" que se encontra em fase de realização pela Universidade Católica Portuguesa.

ANEXOS

AO

RELATÓRIO E CONTAS

2003

SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO
Exercício: 2003 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2003			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação.....				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento....	19 521.20	19 521.20	0.00	6 508.36
433	Propriedade industrial e outros direitos.....				
434	Trespasses.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
449	Adiantamentos por conta de imo. incorporeas...				
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	19 521.20	19 521.20	0.00	6 508.36
421	Terrenos e recursos naturais.....	365 588.30		365 588.30	365 588.30
422	Edificios e outras construções.....	1 098 082.25	47 031.36	1 051 050.89	1 071 932.28
423	Equipamento básico.....	31 202.44	21 270.84	9 931.60	13 827.31
424	Equipamento de transporte.....				
425	Ferramentas e utensilios.....				
426	Equipamento administrativo.....	498 503.52	344 682.92	153 820.60	177 824.09
427	Taras e vasilhames.....				
429	Outras imobilizações corpóreas.....	38 486.82	14 044.56	24 442.26	28 228.91
441/6	Imobilizações em curso.....				
448	Adiantamentos por conta de imo. corporeas.....				
		2 031 863.33	427 029.68	1 604 833.65	1 657 400.89
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....				
4121+4131	Emprestimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....				
4122+4132	Emprestimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras.....				
4123+4133	Outros emprestimos concedidos.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
447	Adiantamentos por conta de invest. financeiros				
		0.00	0.00	0.00	0.00
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO	2 051 384.53	446 550.88	1 604 833.65	1 663 909.25

SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO
Exercicio: 2003 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2003			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
36	Materias primas subsidiarias e de consumo.....				
35	Produtos e trabalhos em curso.....				
34	Subprodutos, desperdicios, residuos e refugos.				
33	Produtos acabados e intermedios.....				
32	Mercadorias.....				
37	Adiantamentos por conta de compras.....				
	Dividas de terceiros - Medio e longo prazo:				
218	Clientes de cobrança duvidosa.....			0.00	197.03
		0.00		0.00	197.03
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Membros c/c.....	1 152 420.48		1 152 420.48	966 049.30
212	Membros - Titulos a receber.....				
252	Secções Regionais.....				
253+254	Empresas participadas e participantes.....				
251+255	(Restantes) accionistas (socios).....				
229	Adiantamentos a fornecedores.....	2 200.31		2 200.31	890.36
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado...				
24	Estado e outros entes publicos.....				
262/6/7/8+221	Outros devedores.....	90 981.77		90 981.77	73 831.88
264	Subscritores de capital.....				
		1 245 602.56		1 245 602.56	1 040 771.54
	TITULOS NEGOCIAVEIS:				
1511	Acções em empresas do grupo.....				
1521	Obrig. e tit. de particip. empresas do grupo				
1512	Acções em empresas associadas.....				
1522	Obrig. e tit. de particip. empresas associadas				
1513+1523+153/9	Outros titulos negociaveis.....	250 107.97		250 107.97	250 107.97
18	Outras aplicacoes de tesouraria.....				
		250 107.97		250 107.97	250 107.97
	DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA:				
12+13+14	Depositos bancarios.....	2 305 343.30		2 305 343.30	1 923 499.53
11	Caixa.....	997.60		997.60	997.60
		2 306 340.90		2 306 340.90	1 924 497.13
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos.....				
272	Custos diferidos.....	23 575.84		23 575.84	9 899.69
		23 575.84		23 575.84	9 899.69
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.....		446 550.88		
	TOTAL DE PROVISÕES.....				
	TOTAL DO ACTIVO.....	**5 877 011.80**	**446 550.88**	**5 430 460.92**	**4 889 382.61**

SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO
Exercicio: 2003 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2003	ANTERIOR
	CAPITAL PROPRIO:		
51	Fundo Social	543 444.38	373 530.66
521	Acções (quotas) proprias - Valor nominal		
522	Acções (quotas) proprias - Descontos e premios		
53	Prestacoes suplementares		
54	Premios de emissao de acçõoes (quotas)		
55	Ajustamento de partes de capital em filiais a associadas		
56	Reservas de avaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas Estatutárias	887 619.13	726 519.91
573	Reservas contratuais		
574 a 579	Outras Reservas	944 879.59	944 879.59
59	Resultados transitados	1 734 344.63	1 091 593.81
	Subtotal	4 110 287.73	3 136 523.97
88	Resultado liquido do exercicio	104 829.59	805 496.07
89	Dividendos antecipados		
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	4 215 117.32	3 942 020.04

SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO
Exercicio: 2003 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2003	ANTERIOR
	PASSIVO:		
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:		
291	Provisões para pensões		
292	Provisões para impostos		
293/8	Outras provisões para riscos e encargos		
	DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
	Empréstimos por obrigações:		
2321	Convertiveis		
2322	Nao convertiveis		
233	Emprestimos por titulos de participação		
231+12	Dividas a instituicoes de crédito	104 982.14	36 626.70
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	127 421.94	80 286.20
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferencia		
222	Fornecedores - Titulos a pagar		
2612	Fornecedores de imobilizado - Titulos a pagar		
252	Secções Regionais	691 106.33	594 386.60
253+254	Empresas participadas e participantes		
251+255	Outros accionistas (socios)		
219	Adiantamentos de Membros		69 758.98
239	Outros emprestimos obtidos		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	10 296.96	923.92
24	Estado e outros entes publicos	9 681.92	7 512.05
262+263+264+265+746	Outros credores	221 681.43	127 653.21
		1 165 170.72	917 147.66
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos	50 172.88	30 130.05
274	Proveitos diferidos		84.86
	TOTAL DO PASSIVO	1 215 343.60	947 362.57
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	**5 430 460.92**	**4 889 382.61**

SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercício: 2003 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCICIOS			
		2003		ANTERIOR	
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas:				
	Mercadorias.....				
	Materias.....				
62	Fornecimentos e servicos externos.....		1 728 386.99		1 175 252.89
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remuneracoes.....	209 806.64		192 198.47	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensoes.....				
645/8	Outros.....	43 766.30	253 572.94	37 015.06	229 213.53
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo.....	102 977.65		137 840.60	
67	Provisoes.....		102 977.65		137 840.60
63	Impostos.....	9 055.14		6 105.10	
65	Outros custos e perdas operacionais.....	1 630 558.82	1 639 613.96	1 308 285.40	1 314 390.50
	(A).....		3 724 551.54		2 856 697.52
682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
683+684	Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros				
(2)	Juros e custos similares:				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....	79 948.98	79 948.98	80 004.69	80 004.69
	(C).....		3 804 500.52		2 936 702.21
69	Custos e perdas extraordinarios.....		18 278.77		59 020.05
	(E).....		3 822 779.29		2 995 722.26
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio.....				
	(G).....		3 822 779.29		2 995 722.26
88	Resultado liquido do exercicio.....		104 829.59		805 496.07
			3 927 608.88		3 801 218.33

SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercicio: 2003 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCICIOS			
		2003		ANTERIOR	
71	Vendas:				
	Mercadorias.....				
	Produtos.....				
72	Proveitos Associativos.....	3 856 042.27	3 856 042.27	3 726 266.34	3 726 266.34
(3)	Variação da producao.....				
75	Trabalhos para a propria empresa.....				
73	Proveitos suplementares.....	15 527.40		11 584.69	
74	Subsidios a exploracao.....				
76	Outros proveitos operacionais.....		15 527.40		11 584.69
	(B).....		3 871 569.67		3 737 851.03
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas:				
784	Rendimentos de participacao de capital:				
(4)	Rendimentos de titulos negoc. e de out. aplic. financ				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....				
(5)	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....	52 944.53	52 944.53	47 027.40	47 027.40
	(D).....		3 924 514.20		3 784 878.43
79	Proveitos e ganhos extraordinarios.....		3 094.68		16 339.90
	(F).....		3 927 608.88		3 801 218.33

RESUMO			
Resultados operacionais: (B)-(A)=.....	**147 018.13**		**881 153.51**
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=.....	**-27 004.45**		**-32 977.29**
Resultados correntes: (D)-(C)=.....	**120 013.68**		**848 176.22**
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=.....	**104 829.59**		**805 496.07**
Resultado liquido do exercicio: (F)-(G)=.....	**104 829.59**		**805 496.07**

Ordem dos Enfermeiros – Sede Nacional

Anexo

ao

Balanço e à Demonstração dos Resultados

do

Exercício de 2003

Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 175 • 1700 – 028 LISBOA • Telefs.: 21 845 5230 Fax: 21 845 5259
Email: mail@ordemenfermeiros.pt • NIPC 504 190 407

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2003

ORDEM DOS ENFERMEIROS – SEDE NACIONAL, tem por objecto a Criação e Regulamentação da Profissão, tem a sua sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 75 – 1700-028 Lisboa, com o n.º de identificação de pessoa colectiva 504 190 407.

Em virtude da reduzida actividade e da existência de poucas situações que mereçam ser objecto de menção nos pontos obrigatórios definidos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, optámos por omitir os que não são aplicáveis.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). No entanto, convém realçar que o título de algumas contas foi adaptada à actividade da Ordem dos Enfermeiros.

01 - Princípios contabilisticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações da Ordem, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

03 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram da sua aquisição .
As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.
As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

07 - Pessoal ao serviço da empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Enfermeiros – Sede Nacional durante o exercício de 2003 foi de 14 empregados.

10 - Activo imobilizado

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os seguintes quadros discriminativos:

a) Activo bruto

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação do exercício	Aumentos	Alienações	Transferências de rubricas	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	19.521,20					19.521,20
Total	19.521,20					19.521,20
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	365.588,30					365.588,30
Edifícios e outras construções	1.096.764,93		1.317,37			1.098.082,30
Equipamento básico	31.202,44					31.202,44
Equipamento administrativo	459.352,44		41.450,92	2.299,84		498.503,52
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	36.797,52		2.013,50	324,22		38.486,80
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas						
Total	1.624.117,33		44.781,79	2.624,06		2.031.863,36

b) Amortizações e provisões

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	13.012,84	6.508,42		19.521,26
Total	13.012,84	6.508,42		19.521,26
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	24.832,60	22.198,76		47.031,36
Equipamento básico	17.375,13	3.895,71		21.270,84
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	281.528,35	64.817,83	1.663,26	344.682,92
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	8.568,63	5.556,99	81,06	14.044,56
Total	332.304,71	96.469,29	1.744,32	427.029,68

14 - Imobilizações corpóreas e em curso

Todo o imobilizado está afecto à actividade da Ordem dos Enfermeiros e encontra-se inscrito no balanço.

40 - Movimentos dos capitais próprios

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Fundo Social	373.530,66	169.913,72		543.444,38
57 - Reservas				
571 - Reservas Estatutárias	726.519,91	161.099,22		887.619,13
574 - Reservas Livres	944.879,59			944.879,59
59 - Resultados transitados	1.091.593,81	805.496,07	162.745,25	1.734.344,63
88 - Resultado líquido do exercício	805.496,07	104.829,59	805.496,07	104.829,59
Total	3.942.020,04	1.241.338,60	968.241,32	4.215.117,32

44 – Repartição das vendas e prestações de serviços

(euros)

ACTIVIDADE: Proveitos Associativos	Valor
Quotas	3.821.359,96
Emolumentos	34.682,31
Total	**3.856.042,27**

45 - Demonstração dos resultados financeiros

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
681-Juros suportados		1,25	781-Juros obtidos	52.810,46	46.963,85
685-Dif. Cambio desfavoráveis			785-Dif. câmbio favoraveis		1,06
686-Desc. p. p. concedidos			786-Desc. pronto pag. obtidas	36,15	2,42
688-Outros custos e perdas financeiros	79.948,98	80.003,44	788-Outros proveitos e ganhos financeiros	97,92	60,07
Resultados financeiros	**-27.004,45**	**-32.977,29**			
Total	52.944,53	47.027,40	Total	52.944,53	47.027,40

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
694- Perdas em imobilizações	2.541,88				
695 - Mutas e penalidades	64,84				
696-Aumentos de amort.e prov.		1.881,53	796-Redução de amortizações	1.744,32	965,77
697-Correcções relativas a exercícios anteriores	15.358,48	52.857,74	797-Correcções relativas a exercícios anteriores	817,39	10.643,32
698-Outros custos e perdas extraordinários	313,57	4.280,78	798-Outros proveitos e ganhos extraordinários	532,97	4.730,81
Resultados extraordinários	**-15.184,09**	**-42.680,15**			
Total	3.094,68	16.339,90	Total	3.094,68	16.339,90

48 - Outras informações

a) *Acréscimos e diferimentos*

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2003:

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2003

(euros)

Custos diferidos	
Seguros	2.141,94
Contratos de Manutenção	21.418,90
Assinaturas	15,00
Total	23.575,84

Acréscimos de custos	
Remunerações a liquidar	27.052,07
Outros acréscimos de custos	23.120,81
Total	50.172,88

Proveitos diferidos	
Material de divulgação	
Total	

O Técnico Oficial de Contas

(António Campos Pires Caiado)

Conselho Directivo Nacional